

## A RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: ALGUNS PONTOS PARA O DEBATE<sup>1</sup>

Elsa Maria Karsburg da Rosa<sup>2</sup>  
Reisoli Bender Filho<sup>3</sup>  
Daniel Arruda Coronel<sup>4</sup>

Análise de Conjuntura – 18

Texto Publicado em: 18/02/2021

De 2003 a 2010, a economia brasileira apresentou, no Governo Lula, um crescimento médio de 4%, uma taxa média de inflação de 5,79%, conforme dados do Banco Central (2021), bem como a melhora significativa dos indicadores sociais. Além disso, o país apresentava várias perspectivas favoráveis de crescimento e investimentos, muito em função de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas nos anos seguintes, de 2014 e de 2016.

Tais resultados colaboraram para que a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, fosse a primeira e até hoje única mulher a ser eleita presidente da República. No início de seu governo, observou-se uma desaceleração da atividade econômica com o objetivo de frear a inflação. Não obstante a isso, no segundo semestre de 2011, o governo lançou a política econômica que ficou conhecida como “Nova Matriz Econômica”, a qual era alicerçada em instrumentos fiscais expansionistas, juros baixos, crédito fornecido pelos bancos estatais, aumento das tarifas de importações, dentre outras ações.

Além disso, o governo federal lançou a Política Industrial “Brasil Maior”, que visava estancar o processo de desindustrialização, que pode ser entendido como a redução persistente da participação do emprego industrial relativamente ao emprego total, bem como a queda da participação do setor industrial no PIB. Tal política tinha como foco os setores de alta intensidade tecnológica, contudo não atingiu boa parte de suas metas.

<sup>1</sup> Análise de conjuntura do Observatório Socioeconômico da Covid-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por meio do Edital Emergencial 06/2020 como resposta à crise provocada pela pandemia da Covid-19.

<sup>2</sup> Mestranda em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Nutricionista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: elsakarsburg@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Associado da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: reisolibender@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professor Associado da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br

Os resultados destas medidas de desoneração não contribuíram para o alcance de taxas de crescimento econômico, bem como para a geração emprego e renda. Os resultados foram negativos sobre as contas públicas, visto que o governo reduziu suas receitas, mas não reduziu suas despesas. Neste contexto, observou-se um déficit primário do governo em 2014 (0,6% do PIB), seguindo em 2015 (1,9% do PIB), atingindo -2,5% do PIB em 2016 (BANCO CENTRAL, 2021).

Neste sentido, com o objetivo de frear o aumento destas despesas e sinalizar ao mercado que o novo Governo (Temer) tinha como foco a responsabilidade macroeconômica, foi aprovada, em 2016, a Emenda Constitucional n.º 95, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, PEC 241, a qual limita os gastos da União pelos próximos vinte anos.

Ainda, nesta perspectiva, quando a economia brasileira estava dando sinais de uma tímida recuperação, observou-se um forte processo de recessão devido aos efeitos oriundos da COVID-19, quando tiveram que ser utilizadas medidas de cunho keynesiano como o aumento do gasto público, a defesa do emprego e da renda e políticas de transferência de renda para os mais vulneráveis, visando não ter um efeito multiplicador negativo. Como resultado, observou-se a piora nas contas públicas, conforme projeção da dívida pública, que mostra que ela está caminhando para o patamar de aproximadamente 100% do PIB.

Neste contexto, a grande questão é: como conciliar crescimento econômico com equilíbrio fiscal? A resposta passa por reformas pró-competitividade, reforma política, melhor segurança nos contratos jurídicos, reforma tributária, reforma administrativa, aumento dos investimentos em infraestrutura e logística, em capital humano, em ciência e tecnologia, bem como um amplo projeto de reindustrialização nacional, visando estancar a perda gradativa da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), as quais são condições *sine qua non* para um novo modelo de desenvolvimento alicerçado na justiça e equidade social.

Enfim, o governo brasileiro está diante de um dilema, ou seja, continuar com bravatas ou agir como os grandes estadistas fizeram. “*Decifra-me ou te devoro*” era o desafio da Esfinge de Tebas, na mitologia grega, que perguntava aos homens o seguinte: “*Que criatura tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?*” Todos que responderam erraram e foram devorados, à exceção de Édipo, que respondeu: “*O homem, pois engatinha enquanto bebê, anda sobre dois pés quando adulto e recorre a uma bengala na velhice*”. A resposta do governo brasileiro ao



enigma fiscal só virá nos próximos capítulos, oxalá para que não seja tarde e a sociedade não tenha ainda sido devorada pela inépcia.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 25 jan. 2021.

